

ATA 339

1
2 Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte um, às quatorze horas e dez minutos, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
3 sede na Rua Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo Google Meet sob a
4 convocação de sua presidente Mônica Mongruel. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros**
5 **titulares governamentais:** Sandra Regina Wichert Cisco, Monica Mongruel e Karina Teresinha
6 Muehlbauer (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG) e Leni Aparecida
7 Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação). **Os conselheiros titulares não**
8 **governamentais:** João Eliseu Montes (Entidade de Alta Complexidade); Regina Rosa Pedrozo Rosa,
9 Reni Aparecida Eidam e Camila Vanessa Sviech (Profissionais da Área de Assistência Social),
10 Antonio Elizeu Martins (Usuário da Assistência Social). **Os conselheiros governamentais**
11 **suplentes:** Lucilia do Rocio Lopes Andrade e Tatyana Denise Belo (Fundação Municipal de
12 Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG). **Os conselheiros não governamentais suplentes no**
13 **exercício da titularidade:** Marcia Fidelis (Entidade de Média Complexidade) e Nathanie Hariene
14 Panzarini (Profissionais da Área de Assistência Social). A secretária executiva Thais do Prado Dias
15 Verillo e a agente administrativa Maria Aparecida da Silva. Estiveram presentes, a assistente social
16 do Ministério Público Consuelo Szczerepa Lopes, a estagiária do Ministério Público Giovanna
17 Krubniki, o assistente social Adrianis Galdino da Silva Junior – Conselho Estadual de Assistência
18 Social - CEAS. A reunião contou com a seguinte pauta: 1- Eleição do CMAS 2021. A presidente
19 Monica Mongruel iniciou a reunião, cumprimentou a todos e agradeceu pela predisposição de todos
20 em participar da reunião de última hora. Coloca que o assunto é bastante delicado e que como todos
21 sabem, estamos no processo eleitoral e tivemos algumas dificuldades no decorrer do processo e até
22 a última reunião estava correndo tudo normalmente. Porém a Associação das Entidades de Ponta
23 Grossa entrou com alguns recursos para que o conselho estivesse revendo alguns pontos. Um deles
24 é porque a comissão indeferiu a candidatura de alguns possíveis candidatos. O conselho elaborou
25 resposta, pautado na legislação e resoluções que esclarecem os motivos do indeferimento. Esse
26 questionamento se deu devido a candidatura de duas pessoas que são curadores de acolhidos em
27 ILPI's e se colocaram como candidatos representantes de usuários, e isso de acordo com a legislação
28 não é possível. E há outro questionamento que o conselho tem que repensar, passa a palavra para a
29 Thais, que apesar de ela ter assumido a secretaria executiva do conselho ela continuou como
30 coordenadora da comissão, visto que o processo já estava em andamento. Mas antes da fala da
31 secretária Thais, a presidente Monica ainda faz um agradecimento a todas as pessoas que
32 trabalharam na comissão, relatou que todos sabem o que fizeram e estão com o coração calmo e
33 cabeça tranquila, que nada pesa sobre a comissão, pois não cometeram erros. E a segunda questão
34 é para solicitar que os representantes da sociedade civil fiquem até o final, pois o conselho precisa
35 muito da participação de todos urgentemente. A secretária executiva Thais cumprimenta a todos
36 dizendo que o conselho recebeu alguns pedidos de recurso e entre eles o que mais levou o conselho
37 a convocar essa reunião extraordinária foi em relação a composição da comissão. Houve alguns
38 questionamentos dizendo que a comissão deveria ser paritária, a comissão analisou, fez algumas
39 pesquisas e nos documentos que foram analisados pela comissão, em nenhum deles havia algum
40 dispositivo que demonstrasse essa necessidade. A comissão foi constituída paritária em 2019 e com
41 o início da pandemia, o conselheiro Paulo, que era o membro que deixava a comissão paritária, pediu
42 para sair e no mês de dezembro de 2020 houve uma plenária onde foi anunciada a saída desse
43 conselheiro e realizado convite para substituição, na ocasião não houve candidatos e somente a
44 conselheira Tatyana se prontificou a fazer parte da comissão. Na sequência foi emitida uma resolução,
45 no início do ano de 2021, mas infelizmente agora depois de quatro meses de trabalho houve esse
46 questionamento com relação a composição dessa comissão. A mesma se reuniu e analisou esse
47 questionamento, elaborou uma resposta e entende que não havia problema. Contudo as pessoas que
48 solicitaram o recurso colocaram até a possibilidade de entrar com um mandado de segurança, assim
49

50 sendo para evitar todo esse transtorno a comissão optou por suspender a eleição, e emitiu o seguinte
51 comunicado: *A Comissão organizadora do processo eleitoral da sociedade civil no Conselho Municipal*
52 *de Assistência Social - CMAS, gestão 2021-2023, composta pela Resolução CMAS nº 02/2021, vem*
53 *pelo presente informar a todos que o processo eleitoral será SUSPENSO. Tal decisão foi tomada*
54 *diante dos pedidos de impugnação feitos pela sociedade civil, diante do argumento de irregularidade*
55 *da formação da atual comissão eleitoral, eleita em plenária do dia 17 dezembro de 2020, com*
56 *aprovação de todos. Houve um entendimento da Comissão que somente esta aprovação já era válida*
57 *para legitimar a comissão eleita, no entanto, perante as incisivas solicitações de impugnação da*
58 *referida Comissão, todos os seus membros abrem mão de um embate com a sociedade civil, com o*
59 *receio de que essa desavença venha a prejudicar toda a Política de Assistência Social no município,*
60 *onde nesta disputa todos sairão perdendo devido ao tamanho incômodo. Dessa forma, tomando por*
61 *base a Resolução nº 20 de 12 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Assistência Social, a*
62 *comissão será formada exclusivamente de membros da sociedade civil, a ser definido em reunião*
63 *extraordinária deste dia 23/04/2021. Por fim, a Comissão Eleitoral composta pela Resolução CMAS*
64 *nº 02/2021 sente muito por todo esse inconveniente, e entende que nem sempre o passo certo a ser*
65 *dado é em frente. Recuar, muitas vezes é a melhor maneira de avançar. Para concluir a comissão*
66 *ficou receosa que futuramente esses recursos fossem levados adiante e fosse necessário desfazer*
67 *todo o trabalho feito. Informa também que foi publicado decreto que prorrogou o atual mandato até*
68 *30 de junho, a fim de que se tenha tempo hábil para formar nova comissão e desenvolver novamente*
69 *todo o processo eleitoral. Por este motivo que a presidente enfatizou a importância dos conselheiros*
70 *não governamentais. A comissão constatou também que as comissões eleitorais anteriores eram em*
71 *sua maioria compostas por representantes da sociedade civil. Observou-se que as comissões*
72 *eleitorais do Conselho Nacional são compostas exclusivamente por membros da sociedade civil e que*
73 *a secretaria executiva acompanha a comissão. Informa também que o jurídico da prefeitura se colocou*
74 *à disposição para auxiliar na análise de documentos. Adianta que está tudo pronto, os membros que*
75 *forem compor essa comissão podem apenas atualizar, mas infelizmente o processo terá que iniciar*
76 *do zero e em análise com a agente administrativa do conselho, foi verificado que o processo todo,*
77 *contando todos os prazos leva em média um mês. Desta forma se ele for iniciado em 1º de maio, no*
78 *final do mês é possível realizar a eleição e caso esta seja realizada antes do prazo, o decreto poderá*
79 *ser suspenso e a nova gestão assume, em suma a reunião tem por finalidade passar essa situação*
80 *aos conselheiros, o propósito realmente é ter essa aprovação do conselho quanto a suspensão da*
81 *comissão. Por fim a secretária coloca que o município precisa de um conselho atuante e funcionando*
82 *para receber e repassar recursos. A intenção é fazer tudo da maneira mais correta possível, para*
83 *evitar transtornos futuros e pensando nisso essa decisão era necessária. A presidente Monica coloca*
84 *que a comissão esteve em constante contato com o Ministério Público, que solicitou que todo o*
85 *processo e documentação fosse encaminhado para conhecimento da Promotoria e a comissão*
86 *encaminhou há aproximadamente 10 (dez) dias. E alguns dias depois foi informado pelo próprio*
87 *Ministério Público que alguns presidentes de entidades haviam entrado com documentação*
88 *solicitando posicionamento. O conselheiro João se manifesta e questiona qual foi a outra motivação*
89 *da Associação além da paridade, qual reivindicação ou reclamação, se tinha algum candidato que*
90 *não pôde entrar. A secretaria executiva Thais informa que um dos indeferimentos que foram*
91 *questionados, refere-se a situação de dois candidatos que são dirigentes de ILPI's e que são*
92 *curadores de idosos acolhidos que se candidataram no segmento de usuários, no entanto o*
93 *entendimento da comissão foi de que não seria possível a candidatura neste segmento, pois usuário*
94 *é o que usa o sistema, a política de Assistência Social, e não o que tem direito, todos tem o direito a*
95 *política de assistência, porém nem todos utilizam. Todas essas justificativas foram passadas para o*
96 *jurídico e foi compreendido da mesma forma, esse foi um dos pontos que a Associação questionou,*
97 *inclusive os próprios candidatos entraram com recurso. Outro ponto questionado foi quanto a*
98 *candidatura da assistente social Cleonice, que é coordenadora de um CRAS, a Associação alegou*

99 que por ela ser coordenadora teria um cargo de chefia e pelo regulamento não poderia entrar, no
100 entanto o regulamento fala de cargos de direção e confiança. A justificativa apresentada foi que dentro
101 da NOB/SUAS-RH a coordenadora do CRAS faz parte da equipe mínima, assim sendo ela não exerce
102 o cargo por indicação, mas por necessidade descrita na legislação. A assistente social em questão
103 se candidatou no segmento de representante dos trabalhadores da área. Além da Associação,
104 tivemos mais duas solicitações de impugnação desta candidatura e foi enviado a mesma resposta.
105 Entretanto o ponto de maior questionamento foi quanto a legalidade da comissão, o argumento usado
106 foi que no início ela estava paritária e que assim deveria ser, e depois pela saída do conselheiro Sr.
107 Paulo e a entrada da conselheira Tatyana, a comissão ficou composta da seguinte forma: conselheiras
108 Monica, Thais, Tatyana representantes governamentais e conselheira Marcia, representante não
109 governamental. Como citado anteriormente, não existe documento que especifique que essa
110 comissão deve ser paritária, foram encontrados documentos que dizem que a sociedade civil é quem
111 conduz a eleição, mas como o processo estava adiantado e foi aprovado em resolução no mês de
112 dezembro de 2020, se entende que a resolução tem uma força de lei e sendo aprovada dá-se
113 seguimento. Essa resposta foi enviada, contudo a Associação não aceitou e declarou que procuraria
114 outras instâncias para embargar essa comissão. A comissão nesse caso optou por interromper o
115 processo eleitoral com a intenção de que não houvessem mais prejuízos. O conselheiro João
116 questiona sobre o parecer do jurídico, se foi favorável, contrário ou se não houve manifestação em
117 relação a essas reclamações. A secretária Thais responde que foi passado para o jurídico e todas as
118 respostas apresentadas pela comissão estavam de acordo, tanto em relação a Cleonice, quanto aos
119 candidatos dos usuários, o único ponto em que houve dúvidas foi quanto à comissão. Como é sabido
120 a lei é muito interpretável, cada advogado entende de um jeito. A conselheira Sandra coloca que não
121 fazia parte da comissão, mas que acompanhou enquanto vice-presidente, e que infelizmente houve
122 essa manifestação por parte dessa Associação, enfatiza que a lei não diz que tem que ser paritária,
123 e sim que deve ser da sociedade civil. Não diz nem que a comissão não pode ter governamentais na
124 sua composição e nós tínhamos representante da sociedade civil nessa comissão, que era a Márcia,
125 nesse caso não acha que a comissão estivesse errada em relação a isso, mas é muito complicado
126 entrar num embate com a sociedade civil por causa disso. Salaria que é muito triste [essa situação]
127 porque ao mesmo tempo o conselho está perdendo o seu espaço, porque a plenária aprovou essa
128 comissão, e o Regimento Interno e a Lei de Criação do Conselho colocam que é atribuição do
129 conselho e da plenária regulamentar o processo eleitoral. Assim sendo se o conselho fez essa
130 resolução aprovando a comissão eleitoral, esse questionamento não deveria ser feito. Que este
131 questionamento apenas vai atrasar todo o processo e que talvez o resultado não seja como o
132 esperado, porque se essa nova comissão seguir exatamente a legislação as análises dos candidatos
133 acabarão chegando no mesmo resultado, não haverá nenhuma alteração nisso. Lembra também que
134 a partir do dia 03 de maio iniciará o período de preparação de conferência, a qual tem que ser
135 realizada até 30 de agosto e o período para elaboração será curtíssimo, e para dificultar em período
136 de pandemia. Destaca que essa fala é para lembrar que a política de assistência social está sendo
137 prejudicada com essa atitude, contudo não há outra forma a não ser cancelar o processo e iniciar
138 novamente do modo como acham que seja o correto. Conselheira Regina comenta que não sabia
139 desse processo, até mesmo porque a relação dela com a Associação das entidades é complicada
140 porque só chamam para as reuniões quando convém. Porém, achou incoerente a participação da
141 Cleonice, como candidata, porque por mais que seja trabalhadora da área, esse pleito é da sociedade
142 civil e ela está na gestão, esse é o seu entendimento enquanto conselheira, por mais que a lei não
143 traga isso, é uma percepção particular, pelo fato da candidata Cleonice ser uma trabalhadora da área,
144 porém atuando na gestão. Quanto aos demais ela concorda com a conselheira Sandra e sabe do
145 trabalho que é para montar uma conferência e é todo um processo que se perde diante dessas
146 situações e gostaria de deixar registrado somente esta situação com a associação que acha um pouco
147 complicado ficar patinando nisso, precisa ter uma definição. Conselheira Camila coloca que elas

148 deveriam estar representando as entidades, mas como irão representar se não sabem o que está
149 acontecendo, faz um apontamento que a associação das entidades vem bater de frente com o
150 conselho, quando na verdade não deveria nem de existir essa associação, que como representante
151 de entidade não tem nem como dizer o que está acontecendo porque nem sequer foram chamados,
152 enquanto representante de uma entidade está alheia a essa decisão da Associação das Entidades.
153 E complementa dizendo que por não ter conhecimento das decisões da Associação, acredita que
154 possa ser uma manobra política para favorecer as entidades participantes dessa Associação. Coloca
155 também, acreditando que de forma geral nas entidades, ao menos na entidade que representa, existe
156 o hábito de ser escolhidos usuários do serviço para fazer parte da diretoria, e faz um questionamento
157 se esses poderiam participar como candidatos do segmento usuários, o que não seria o caso dessas
158 pessoas embargadas. A secretária executiva Thais responde que essas pessoas não comprovaram
159 que são usuárias, somente apresentaram documento de que são curadores das pessoas acolhidas
160 nas ILPI's. A conselheira Karina coloca suas considerações com relação ao assunto dizendo que
161 remete a um sentimento de medo em relação a própria política de assistência social do município,
162 pensando nos direitos dos usuários, e no segmento sociedade civil já se tem a representatividade das
163 entidades, onde tem membros da básica, especial – média e alta e dos trabalhadores, que essa
164 representatividade é da competência das entidades, porém a representatividade usuários é um direito
165 pertinente somente aos usuários. É uma questão de organização das entidades e não estamos
166 falando de interesse da entidade x, y ou z, e sim de um segmento que eles representam, e não de
167 cada entidade em particular. Que a luta é pela defesa dos direitos dos usuários, e o conselho é o lugar
168 para dar voz àqueles que muitas vezes não tem. Gostaria de deixar registrado essas palavras, porque
169 se realmente essa condução que for dada é um ponto de reflexão da próxima comissão, porque como
170 garantia dos direitos realmente deve-se pensar em todas essas questões defender o direito de voz da
171 sociedade, sejamos nós governamentais ou sociedade civil. Conselheiro João coloca que como
172 dirigente e conselheiro, seu pensamento é um pouco diferente, que provavelmente o presidente da
173 instituição deve ter sido convidado para a essa reunião da Associação. Que ele enquanto dirigente,
174 foi convidado, contudo não participou, assim sendo não tem completo conhecimento sobre o assunto.
175 Que nas reuniões que participou teve voz, não pode afirmar se o que falou foi acatado. Ressalta que
176 não vê a Associação como um “monstro” e acredita ser algo bom para a assistência social do
177 município. Segundo ponto que deveria destacar é que o dirigente de instituição não recebe nenhum
178 benefício financeiro para isso, que não pode receber, que na maioria delas não há motivação política,
179 uma vez que nenhum dirigente de instituição se candidatou a vereador ou ocupa cargo público nem
180 tampouco faz campanha na instituição em favor da sua campanha, o estatuto inclusive bloqueia isso,
181 no Ministério Melhor Viver, por exemplo, isso é bloqueado. Concorde que o usuário precisa ser
182 representado no conselho, é importantíssimo isso, como exemplo tem o conselheiro Antônio Elizeu,
183 representando os usuários e acha que eles melhor do que ninguém sabem o que precisam, mas não
184 vê como uma atitude de má fé o fato da Associação ter indicado um dirigente de entidade para
185 representar aquele segmento, que não há tanta “brasa que ele possa puxar para a sardinha dele”.
186 Lógico que aqueles que vão representar as entidades, às vezes representa primeiramente o público
187 que atende, se está representando a alta complexidade, é lógico que vai favorecer a alta
188 complexidade especialmente a área em que tem mais conhecimento que é a população de rua.
189 Coloca também que não se prontificou a participar da comissão, pois poderia ser candidato, mas
190 talvez se estivesse muito a contra gosto poderia ter participado para evitar esse contratempo. Mas
191 entende e sabe que a comissão não agiu de má fé na condução dos trabalhos, que conhece os
192 conselheiros que estavam na comissão. Que é uma questão de interpretação, de visão, assim como
193 entende que a Associação não está de má fé, quer crer que não esteja. Entende que é um impasse
194 difícil e se coloca à disposição para ajudar no que for necessário, e vai precisar da ajuda também no
195 pertinente as leis. Conselheira Regina fala que concorda com o que o conselheiro João trouxe, que
196 acha muito delicado e quando o processo iniciou deixou claro que não tinha interesse em sair como

197 candidata pelo segmento trabalhador da área, e comunicou ao NUCRESS. Todavia o presidente da
198 APADEVI diz que gostaria que ela fosse representando a entidade, ela concordou, mas que
199 precisariam alinhar com a Associação das entidades, quando tivesse a reunião seria necessário
200 demonstrar o interesse da entidade APADEVI em ter candidato representando o segmento de
201 entidades, ele respondeu que a reunião já tinha acontecido às 10 horas da manhã e que ele havia
202 sido convidado para a reunião às 7 horas da manhã do mesmo dia. Que deveria de existir esse
203 cuidado que todos os interessados fossem convidados para as reuniões com antecedência. A
204 Conselheira Marcia afirma que desde o início do processo eleitoral, participou praticamente de todas
205 as reuniões plenárias, e pode dizer que houve abertura para a participação da sociedade civil nessa
206 comissão, porém não houve pessoas disponíveis para participar e por isso a comissão foi formada
207 por maioria de conselheiros governamentais, a resolução foi elaborada e publicada, assim sendo este
208 questionamento sobre a paridade poderia ter sido feito desde o início, até dentro da própria resolução,
209 contudo foi dado continuidade ao processo, as questões relacionadas a pandemia acabaram
210 atrasando alguns prazos. No entanto, salienta que sempre foi muito respeitada dentro da comissão
211 com relação a questionamentos na avaliação que a comissão fez de todas as inscrições, toda a
212 documentação foi cuidadosamente analisada e enquanto conselheira da sociedade civil nunca foi
213 deixada de lado para opinar se concordava ou não com as deliberações da comissão. Se sentiu
214 respeitada e não tem queixa alguma de que houve qualquer situação tendenciosa por parte da
215 comissão, tudo foi feito de uma maneira muito segura. Que a comissão gostaria que houvesse uma
216 participação maior em todos os segmentos, porque faltou usuários para completar. E que colocou no
217 grupo para que os responsáveis técnicos de cada instituição ressaltar para seus usuários a
218 importância de participar e esclarecer o que é esse processo, o que um conselheiro vai fazer dentro
219 do conselho representando o seu segmento levando a voz. Através desse tipo de mobilização duas
220 pessoas da APROAUT demonstraram interesse, porque são pessoas envolvidas e comprometidas
221 com as necessidades das pessoas com deficiência e de todos de uma forma geral, visto que são
222 beneficiárias da rede socioassistencial. Acredita que da parte da comissão o trabalho estava a
223 contento, e que tem que existir uma abertura mesmo para essa divergência, pois assim funciona a
224 democracia. A comissão sempre esteve aberta a ouvir todos os questionamentos, receber os
225 recursos, responder com dignidade a cada um que fez seus questionamentos. Acredita que todo esse
226 processo teve essa abertura, e isso é necessário, é uma dinâmica importante que haja tudo isso. Em
227 relação a questão da Associação das Entidades, da representatividade que ela tem e se é 100% ao
228 que ela nos trouxe, se é por parte de todas as instituições, se todas sabem de como o processo
229 ocorreu, não tem como saber, porque não tem participado mais das reuniões da Associação, e o
230 dirigente Mário, presidente da APROAUT não chegou nem a questioná-la alguma coisa em relação a
231 isso. Não sabe se ele está sabendo e se tem uma opinião formada. Por fim menciona que considerou
232 muito importante a sua participação nesse processo, foi um aprendizado de coisas diferentes do
233 processo todo que não tinha conhecimento, teve que estudar um pouco mais juntamente com as
234 integrantes da comissão, pois não se apropria de todo o conhecimento e precisam pesquisar para
235 saber responder, ninguém usou senso comum, foi realmente bem estudadas todas as questões. A
236 secretária Thaís passa a palavra para a presidente Monica que agradece a conselheira Marcia pela
237 fala e acredita que não tem como qualquer conselheiro duvidar do trabalho que foi realizado, acredita
238 que o posicionamento da Marcia traz mais tranquilidade com relação ao trabalho que foi feito e a
239 maneira como tudo foi conduzido, por isso que disse para a Márcia que foi muito bom ter participado
240 porque é a visão da conselheira enquanto instituição, enquanto representante da sociedade civil
241 nesse grupo que trabalhou e como foi mencionado pela conselheira a lisura com que tudo foi
242 realizado. Muitas vezes é colocado como se o conselho estivesse direcionando alguma coisa, e
243 direcionamentos foram sim apenas para o que é correto na política da assistência social no município,
244 se direcionamos alguma coisa é pela luta do cumprimento de toda a legislação e independente de
245 quem vê. Na sequência lança três questionamentos, o primeiro é se esta Associação entende que ela

246 tem cadeira? e esclarece que ela não tem cadeira no conselho, o segundo qual é a finalidade da
247 associação? se a mesma define quem vai participar, com a finalidade de obter mais votos, porque se
248 assim for estará incorrendo em um direcionamento, o que não pode acontecer, pois acabará
249 cerceando o direito que todos tem de participar do processo eleitoral, seja como candidato ou no
250 direito a voto. Questiona se dos representantes alguém pode esclarecer a finalidade da associação?
251 O conselheiro João informa que sabe pouco, porque quando o Ministério Melhor Viver foi aberto a
252 Associação já existia e foram convidados a participar. É de seu conhecimento que a intenção da
253 Associação é unir as instituições a fim de ajudar umas às outras a resolver os seus problemas. Que
254 discorda da presidente Monica com relação ao pleito eleitoral e que as reuniões da Associação que
255 antecedem a eleição é para verificar quem tem disposição de se candidatar. Que os dirigentes de
256 entidade podem indicar entre os presidentes e até mesmo entre os usuários. A conselheira Sandra
257 questiona se alguma entidade que não tenha participado da reunião pode sair candidata, ou se caso
258 isso aconteça estará “comprando uma briga” com a Associação e se assim for, isso não pode
259 acontecer. O conselheiro João responde que não tem nenhum problema e que a Associação se reúne
260 para assuntos como, por exemplo, na ocasião do atraso de repasse às instituições que aconteceu há
261 uns 3 ou 4 anos atrás, que foi de três meses. As entidades ligavam para a secretaria e/ou para o
262 prefeito e não eram atendidas. Porém quando alguém representando uma associação, faz essa
263 solicitação, é politicamente diferente. Assim sendo, a Associação existe basicamente para isso.
264 Naquela ocasião a Associação organizou um manifesto em praça pública e solicitaram o pagamento
265 e surtiu efeito. Porque no passado existia o amigo do rei, o qual recebia e os outros não, então a
266 associação tem esse formato para isso, para ajudar nessas questões. Ressalta que não faz parte de
267 nenhuma diretoria dessa Associação, é apenas alguém que participa, a até onde sabe a Associação
268 não cobra mensalidade, não tem NCR, não tem nada. Apenas ligam quando precisam fazer alguma
269 reunião, solicitam o espaço, não é uma organização que recolhe dinheiro, é um grupo que tenta ajudar
270 as entidades. Relata que no ano passado quando deu problema no chamamento a Associação pediu
271 para que ele, enquanto conselheiro, representante da sociedade civil, conseguisse uma reunião com
272 o conselho para que os dirigentes viessem conversar com os conselheiros. A reunião foi uma
273 catástrofe. Está saindo de conselheiro, mas precisa deixar um apontamento, relata que hoje é técnico,
274 está formado, é assistente social, ainda não fez o CRESS, mas está tudo encaminhado. Estudou tem
275 um pouco de conhecimento, é dirigente de entidade e que a cabeça do dirigente é diferente do
276 assistente social, este tem como base de formação do seu curso o Marxismo, é a base da formação
277 do curso de assistente social, o dirigente de instituição não tem essa base, é um pensamento
278 completamente diferente, procura dirigir a instituição com o fundamento do capitalismo. São
279 pensamento antagônicos. Assim sendo os dirigentes e os representantes do conselho, que em sua
280 maioria são assistentes sociais, vão bater de frente sempre e isso é positivo, porque há um equilíbrio.
281 E gostaria que todos compreendessem, porque a cabeça de um dirigente não consegue entender o
282 serviço social como ele está no nosso país, ele vai ler a LOAS e enlouquece com algumas coisas, ele
283 entende que não funciona daquela forma. Por isso que há um desejo dos dirigentes estar presente
284 na mesa das decisões para poder haver um equilíbrio, vai pender sempre para algum lado. A
285 presidente Monica coloca que tem mais uma pergunta para que seja uma reflexão, sobre qual é o
286 papel do conselheiro, de todos os conselhos. Que se deve defender a causa da política de assistência
287 social e não de um serviço, ou de uma entidade, ou de um segmento apenas. Que esse
288 questionamento precisa inquietar o coração de cada conselheiro diariamente. Parece que quando a
289 pessoa entra como conselheiro esquece que tem que lutar pelo usuário, o objetivo principal que é
290 quem está na ponta. Necessitamos olhar para o nosso usuário independentemente de onde ele seja,
291 até porque se hoje ele é da básica, temos que trabalhar bastante para que ele não se torne
292 atendimento da média ou da alta. E se ele está na média ele também não pode chegar na alta, a
293 gente tem que trabalhar para que na pior das hipóteses ele vá para a básica, mas melhor ainda se
294 ele sair desse atendimento da política de assistência social e se torne realmente autossuficiente.

295 Sempre fala e repetiu nas reuniões que participou durante a semana que precisamos compreender
296 que quando as outras políticas públicas não dão certo é que esse usuário vem para a assistência,
297 porque em algum momento, seja a política habitacional, da saúde, da educação, da cultura do esporte,
298 seja qual for, a empregabilidade, falha lá vem para cá. A gente está vendo agora, quem pode falar
299 com propriedade total no momento é a conselheira Tatyana sobre o quanto aumentou o número de
300 atendimento, porque está faltando emprego, quem tinha sua casa, sua vida mais estabilizada, hoje
301 está passando fome, não tem mais as mesmas coisas, não tem mais a mesma comida que tinha. Vou
302 deixar para todo sempre, enquanto estiver na minha vida profissional, esse questionamento sobre
303 qual é o papel do conselheiro. Na sequência passa a palavra para a secretaria Thais que informa que
304 o Adrianis pediu a palavra e lembra que tem resolução para aprovar referente a suspensão da
305 comissão eleitoral e elaboração de uma nova, e ainda designar novos conselheiros para compor a
306 Comissão eleitoral e elaborar resolução, apesar de ter saído em decreto a prorrogação, apenas para
307 deixar registrado que houve a prorrogação do mandato dos conselheiros até 30 de junho. Passa
308 palavra para o Adrianis que cumprimenta a todos, e também traz uma saudação especial do CEAS
309 ao conselho de Ponta Grossa, informa que está na presidência do CEAS neste momento. Diz que é
310 bom ver o conselho reunido com discussões tão acaloradas acerca dos gradientes de participação,
311 que é o assunto que estão discutindo, aonde de verdade, o conselho é o lugar do antagonismo
312 mesmo, porque as forças vivas, sejam das entidades, dos trabalhadores ou dos usuários são opostas
313 ao governo, porque o governo tem um papel dentro do conselho e a sociedade civil tem um outro
314 papel, isso não pode se perder de vista nunca na composição deste conselho que é tão importante.
315 Acredita que já foi dada ciência ao conselho que foi convocada a 12ª Conferência Estadual de
316 Assistência, bem como as municipais. Na terça-feira haverá reunião extraordinária para deliberar
317 sobre os passos dessa nova conferência para o ano de 2021 e seguidamente até 03 de maio devem
318 chegar as orientações práticas para que os municípios se organizem e possam executar a
319 conferência. Claro que a pergunta que tem ocorrido muito ao CEAS é sobre aquilo que foi feito em
320 2019, o que será feito. Pois houve conferência presencial em 2019, por orientação do CNAS, vamos
321 partir da estaca zero e fazer um novo processo conferencial porque mudou o tema e os eixos e será
322 um processo conferencial um pouco diferente, mas em tempo teremos um processo todo alinhavado.
323 Informa que na data de hoje vão ser homologadas as inscrições para eleição do Conselho Estadual
324 de Assistência e a macro de Ponta Grossa tem duas inscrições de trabalhadores, uma de Castro e
325 uma de Ponta Grossa que vão concorrer neste segmento, pelo CRESS. Não apareceu nenhuma de
326 usuário e há uma de entidade que é de Castro que provavelmente vai fazer parte do CEAS na próxima
327 gestão que começa em julho do ano corrente. Faz votos que essa nova comissão eleitoral possa de
328 fato fazer esse momento acontecer, que foi surpreendido na data de ontem pela decisão em Diário
329 Oficial da prorrogação do mandato desse conselho e faço votos que aconteça tudo bem. E
330 respondendo a última pergunta da Monica diz, “peixe pequeno meu pirão primeiro”, ou seja, precisa
331 sempre ter muito claro que as representações no conselho devem fazer valer aquilo que a sociedade
332 civil precisa, ela precisa tensionar o governo, a gestão, mas o fim último é de fato a execução da
333 política de assistência social para todo aquele que dela precisar. E que nesse momento nós vemos
334 um colapso generalizado. Por fim deseja um bom fim de reunião para os senhores conselheiros e
335 conselheiras e coloca que naquilo que o CEAS puder ajudar está disponível. Agradece. A secretaria
336 Thais questiona se mais algum conselheiro quer a palavra, senão abre para fazer esse chamamento
337 dos conselheiros da sociedade civil que vão compor a comissão eleitoral a partir de agora. E o
338 conselho assim consegue dar sequência em todo esse processo eleitoral que deve ser colocado em
339 prática o quanto antes e diz que se o conselheiro João estiver disponibilidade o nome dele já está na
340 lista. Coloca também que a comissão nacional fala em seis participantes, assim sendo acredita que
341 quatro participantes podem ser suficientes para o município. Conselheiro João sugere a conselheira
342 Márcia, mas esta tem uma cirurgia marcada e não poderá participar. Conselheira Regina relata que
343 como o processo irá iniciar novamente, vai verificar se existe interesse da entidade que ela entre ainda

344 como usuária. Informa também que é usuária da entidade há aproximadamente dois anos, porém
345 como era responsável técnica, não achava ético aparecer como usuária, mas agora como já havia
346 sido orientado pela outra comissão a possibilidade de fazer uma justificativa, vai precisar saber se
347 ainda existe esse interesse, posteriormente pode dar o nome para participar da comissão. A
348 presidente Monica coloca que tem que ser o quanto antes, visto que tudo é um processo e precisa
349 ser realizado com rapidez. A secretária Thais informa que a conselheira Tatyana colocou que seria
350 muito interessante que essa comissão fosse formada nessa plenária para constar em ata e para
351 colocar na resolução, pede desculpas por estar pressionando, e até coloca se tiverem outros colegas
352 que os conselheiros pudessem entrar em contato. Após contatos realizados e indicações a comissão
353 ficou composta pelos seguintes conselheiros: João Eliseu Montes, Camila Sviech, Reni Eidam e Ana
354 Caetano Pinto. Esgotados os assuntos da pauta, a presidente Monica Mongrue encerrou a reunião
355 agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita e redigida pela agente administrativa Maria
356 Aparecida da Silva, e redação final pela secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo, após
357 aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

358 Thais do Prado Dias Verillo _____

359 CPF: 042.454.089-44

360 Sandra Regina Wichert Cisco _____

361 CPF: 726.394.589-49

362 Lucília do Rocio Lopes de Andrade _____

363 CPF: 741.811.819-87

364 Monica Mongrue _____

365 CPF: 787.741.959-72

366 Tatyane Denise Belo _____

367 CPF: 052.293.819-14

368 Karina Teresinha Muehlbauer _____

369 CPF: 039.183.429-05

370 Leni Aparecida Viana da Rocha _____

371 CPF: 319.665.009-04

372 João Eliseu Montes _____

373 CPF: 465.393.449-53

374 Marcia Fidelis _____

375 CPF: 473.586.379-68

376 Regina Rosa Pedrozo Rosa _____

377 CPF: 801.358.209-44

378 Camila Vanessa Sviech _____

379 CPF: 077.457.139-00

380 Nathanie Hariene Panzarini _____

381 CPF: 082.632.609-90

382 Antonio Elizeu Martins _____

383 CPF: 638.684.669-91